

# política

## Juliana Brizola não descarta reverter privatizações no RS

Pré-candidata ao Piratini criticou concessões feitas nas últimas gestões



Bolívar Cavalari

bolivarc@jcrs.com.br

Pré-candidata ao governo do Rio Grande do Sul, Juliana Brizola (PDT) criticou as privatizações promovidas durante os mandatos de Eduardo Leite (PSD) e, ao ser questionada sobre a possibilidade de reversão dos contratos firmados, caso eleita, disse que “tudo é possível” e que pretende criar uma mesa de diálogo com as empresas e a população. As afirmações foram feitas ontem durante a reunião-almoço Tá na Mesa, promovida pela Federasul.

“Não é uma discussão ideológica de: ‘eu vou quebrar contratos; eu vou romper a privatização’. Não é terra arrasada. A gente quer abrir uma mesa de diálogo. Agora, se a água estiver não chegando, se a energia estiver cara, como está - com atendimento péssimo ao consumidor - e se as escolas não melhorarem os seus índices, por que não rever? É possível rever? Tudo é possível”, afirmou a pedetista.

Ainda no tema das privatizações, Juliana contestou as ações e posições do atual governo de priorização do equilíbrio fiscal, ao citar a previsão de déficit primário de R\$ 4,8 bilhões apresentada pelo Piratini na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2027.

“Se vendeu tudo neste Estado. Se vendeu a Corsan, a CEEE. Fizeram ajuste fiscal, se tirou direitos do servidor público, se transformou carreiras. Tudo em nome de um equilíbrio fiscal. Mas isso não ocorreu, porque a LDO (para



Pedetista participou da reunião-almoço Tá na Mesa, na Federasul

2027) prevê um déficit primário de R\$ 4,8 bilhões”, argumentou Juliana.

Durante discurso no painel da Federasul, cujo público que acompanhava era composto majoritariamente por empresários, a pré-candidata se comprometeu a não aumentar alíquotas tributárias e a não criar impostos. Outro compromisso firmado por Juliana foi de não atrasar os pagamentos de salários de servidores públicos.

A pré-candidata também elencou a saúde e a alta nos índices de feminicídio como os principais desafios para o próximo governador gaúcho. No tema dos feminicídios, ela destacou como referência medidas adotadas na Espanha, em que vítimas passam por um questionário, seguido por uma classificação de risco identificada a partir das respostas às questões e de direcionamento de ações de proteção a partir do risco apontado.

Outro ponto abordado foi o da coligação de oito partidos de centro-esquerda que se formou em

torno de sua pré-candidatura e que foi construída após meses de disputas entre o PDT e o PT gaúcho sobre quem lideraria a chapa. Neste sentido, ela disse que eles estão “deixando as divergências de lado” para “primeiro enxergar” as convergências.

A pedetista também destacou o legado de seu avô, o ex-governador gaúcho Leonel Brizola, e afirmou: “não vivo na sombra, vivo à luz de Leonel Brizola”.

Juliana ainda disse acreditar que, em um eventual segundo turno entre ela e Luciano Zucco (PL), terá o apoio tanto do governador Eduardo Leite, quanto do pré-candidato à sucessão da gestão, o vice-governador Gabriel Souza (MDB).

Sobre uma possível “nacionalização” das eleições ao Piratini, com uma disputa polarizada entre os presidentiáveis Lula (PT) e Flávio Bolsonaro, a pedetista afirmou que “a eleição é nacional”, destacando o apoio mútuo entre ela e Lula, e que muitos dos problemas do Rio Grande do Sul “têm solução em Brasília”.

## Legislativo discute criação de órgão de enfrentamento à violência política

/ CÂMARA DE PORTO ALEGRE

Amanda Schultz

amandas@jcrs.com.br

A Câmara de Vereadores de Porto Alegre retomou na sessão de ontem a pauta da violência política, uma semana após a vereadora Juliana de Souza (PT) ter o seu pronunciamento interrompido pelo colega Mauro Pinheiro (PP), que tirou o microfone da sua mão durante uma fala. O texto analisado durante a sessão plenária rendeu debates entre vereadores da situação e da oposição e não foi à votação por falta de quórum.

O projeto em questão, de autoria da vereadora Grazi Oliveira (PSOL), propõe a instituição da Política Municipal de Enfrentamento à Violência Política de Gênero e Raça e a criação do Observatório Municipal da Violência Política de Gênero e Raça. O órgão teria o papel de monitorar, coletar dados, produzir análises e dar visibilidade a casos de violência e discriminação direcionados a detentoras de mandato, candidatas e mulheres atuantes na política local.

Durante o encaminhamento, a autora citou o caso da colega Juliana de Souza (PT) e vídeos

publicados pelo vereador Ramiro Rosário (Novo), nos quais expôs imagens suas em um supermercado da Capital. A vereadora julga a exposição como violência política de gênero. A parlamentar solicitou o adiamento da votação por três sessões, no entanto o pedido foi rejeitado pela maioria da Câmara.

O vereador Ramiro Rosário encaminhou contra o projeto defendendo que questões políticas denunciadas por ele não se limitam apenas ao gênero feminino.

Após pronunciamentos de vereadores da situação e da oposição, a autora do projeto solicitou um requerimento para a votação sair da priorização do dia. A sessão foi encerrada por falta de quórum.

Na priorização do dia estava prevista a votação de outro projeto que trata sobre proteção às mulheres. De autoria da vereadora Vera Armando (PP), o texto estabelece a criação do Espaço Mulher, uma área com bancos preferenciais destinados ao uso exclusivo de passageiras do sexo feminino nos ônibus municipais.

Com a queda do quórum, a preciação do projeto deve ficar para a próxima sessão plenária, que acontece na segunda-feira, dia 25.



Tema provocou debates acalorados na sessão plenária de ontem

## CPI dos Pedágios aprova novas convocações

/ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

A CPI dos Pedágios aprovou 12 dos 18 requerimentos que constavam na ordem do dia da reunião desta quarta-feira. Três foram retirados e os demais devem ser apreciados no próximo encontro do colegiado. Foram acolhidos nove pedidos de informações, duas convocações e o convite para que integrantes do Movimento Pedágio Não para pres-

tares esclarecimentos sobre os editais referentes aos Blocos 1, 2 e 3 das concessões de rodovias estaduais.

As solicitações de informações são dirigidas à concessionária Caminhos da Serra Gaúcha, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Secretaria da Reconstrução Gaúcha e Secretaria de Logística e Transportes. Os requerimentos pedem esclarecimentos, entre outros assuntos, sobre as modifi-

cações promovidas pelo governo no Bloco 1, número de empregos gerados no Bloco 3, obras previstas e estimativas de redução de acidentes,

Já as convocações aprovadas são direcionadas ao diretor-geral do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (Daer), Luciano Faustino da Silva, e à diretora-geral adjunta do Departamento Estadual de Trânsito (Detran), Isabel Cristina dos Reis.

## Concurso para farmacêutico está temporariamente suspenso

/ PREFEITURA DE PORTO ALEGRE

O concurso público para farmacêutico número 867 na Prefeitura da Capital foi suspenso temporariamente, conforme edital publicado no Diário Oficial de Porto Alegre de terça-feira. Os candidatos que não tiverem mais interesse poderão solicitar a devolução integral da taxa

de inscrição. O pedido de restituição será realizado a partir de 28 de maio e permanecerá disponível até a retomada do concurso. A solicitação de devolução, quando deferida, implicará a exclusão do candidato.

Já a execução do Concurso Público nº 868 - Médico Veterinário seguirá normalmente, conforme estabelecido no edital de abertura.